

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## ARQUIVOS DO INDIZÍVEL: NOTAS PARA UM MAPEAMENTO DE ACERVOS DA MEMÓRIA LGBTI+ NO BRASIL

**Bruno Brulon**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

brunobrulon@gmail.com

*“Que atrativo resta ao arquivo quando tudo, ou quase, já foi dito por outros sobre a beleza do gesto, o diálogo com os mortos, a consideração dos anônimos e dos esquecidos da história?”*  
(Arlette Farge, 2009, p. 57)

Uma gaveta de papéis esquecidos pelo tempo. Um conjunto de fotografias deixado no fundo do armário. A coleção de revistas que ninguém podia ver. As cartas de amor que não se teve coragem de queimar; ou que, num ato de pura coragem, foram guardadas para serem, um dia, transmitidas como patrimônio de um amor indizível. Os acervos da memória LGBTI+, constituídos em resposta a um silenciamento institucional que atravessa os séculos, conjugam a memória íntima e afetiva dos arquivos pessoais com o ativismo memorial que insiste em resistir contra as opressões arquivísticas do tempo presente.

Como direta consequência da criação de novos arquivos vivos ou viventes (BOURCIER, 2018) da memória LGBTI+, insubordinados aos regimes de valor que conformam as instituições disciplinares e os acervos públicos, a escrita da história das homossexualidades, lesbianidades, transexualidades, travestilidades, bissexualidades e outras dissidências sexuais e inconformidades de gênero se tornou, nas últimas décadas, um desafio crescente para a normatividade da própria história. Foi por meio do ativismo de coletivos LGBTI+ e da mobilização de grupos minoritários na academia e fora dela que teve início uma tomada de consciência coletiva sobre a necessária revisão dos regimes de memória que produzem sujeitos indizíveis e o apagamento como herança nos acervos existentes.

Reconhecendo a relevância desses ativismos diversos – aos quais inclui-se a criação e frutificação do Simpósio Temático *Clio saiu do armário: LGBTQIA+s e escrita da História* na ANPUH – o presente trabalho se propõe a tecer alguns comentários sobre a observação de um crescente número de acervos LGBTI+ que assim se declaram e que

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

resistem como contraponto necessário aos acervos cis-hetero-normativos, atuando para a preservação dos principais documentos de base para a construção de uma história LGBTI+ até os nossos dias. O presente texto se propõe a identificar algumas características dos acervos LGBTI+ (preservados por membros da comunidade LGBTI+ ou aqueles sob a tutela do Estado), defendendo a urgência de um mapeamento em âmbito nacional que reconheça as diferenças inerentes às distintas formas de arquivar a diferença.

As práticas de autoarquivamento (ARTIÈRES, 2013) e de retirada de acervos pessoais do armário em que a história “oficial” os relegou, representam, como irei defender, uma forma de ativismo histórico sem precedentes nas diversas “ondas” do movimento LGBTI+ no Brasil, até o início deste século. Neste sentido, destacarei a importância de arquivos e museus ativistas, para os quais o próprio gesto de arquivar representa uma “intrusão” benéfica (IDIER, 2018) de outros atores na cadeia patrimonial. Esses arquivos, partindo de princípios experimentais de preservação e transmissão, afirmam uma recusa a relegar aos outros o privilégio epistemológico de escrever a nossa história. Suas existências, por vezes precárias, são um ato político de se posicionar contra o ato mesmo da expropriação do patrimônio, que esteve, desde a Modernidade, nos fundamentos da ação patrimonial. A partir dos exemplos existentes, proponho demonstrar como tal *intrusão* de sujeita/o/es LGBTI+ na maquinaria patrimonial cis-hetero-normativa, implica em luta e resistência, mas também na redefinição de critérios e valores enraizados na cultura hegemônica e colonial que determina a materialização dos acervos existentes.

Buscando responder à pergunta enunciada por Arlette Farge, na epígrafe deste texto, parto da análise de uma história das homossexualidades que se amplia progressivamente nos últimos anos, para propor a hipótese de que a virada historiográfica pretendida está ligada a uma necessária e correlata *virada arquivística*, por meio da qual os próprios sujeitos indizíveis partilham da autoridade de contar a sua história e de produzir o seu contra-patrimônio. Assim, no trabalho de arquivo que contesta o trabalho patrimonial, uma *re-acomodação* dos restos (DEBARY, 2002) do passado suprimido está diretamente ligada à conquista de autonomia por esses sujeitos relegados a serem narrados nos acervos mantidos pelas instituições mesmas usadas para persegui-los.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## Arquivo e contra-arquivo: uma fundamentação teórica para a prática contestatória

Os historiadores James N. Green e Ronald Polito (2006, p. 17) constataam que a maioria das fontes sobre homossexuais não foi produzida por eles, em seus próprios termos e a partir de suas referências e experiências. Até 1960, raros são os testemunhos existentes de próprio punho acerca da condição estabelecida aos sujeitos que se autodeclaravam homossexuais. Mesmo os diários pessoais e os relatos autobiográficos foram classificados como “provas” para condenar esses sujeitos aos regimes de heteronormatividade vigentes. Tal marginalidade da homossexualidade como condição a ser arquivada para ser perseguida (que ainda é mais periférica para outras minorias sexuais como no caso das lésbicas, das travestis e transexuais, por exemplo), não está divorciada da própria ameaça que representam esses sujeitos para as principais instituições mantenedoras dos valores basilares da sociedade brasileira até os nossos dias – da família tradicional, da igreja, da ordem pública e da transmissão linear de bens.

Logo, como atestam as fontes primárias sobre as dissidências sexuais e inconformidades de gênero encontradas nos acervos “oficiais” a partir de meados do século XIX, o *homossexual* narrado e introduzido na história seria representado como “criminoso”, segundo o discurso jurídico, ou “doente”, pelo discurso científico, na maior parte dos casos (GREEN; POLITO, 2006, p. 17-18). É neste sentido que uma parte considerável da historiografia das homossexualidades<sup>1</sup>, entre 1890 e 2000, delimita esse objeto de uma análise primária aos sujeitos que entraram para a história na medida em que foram detectados, diagnosticados, julgados e condenados como marginais<sup>2</sup>, com a finalidade de serem definidos pelos grupos heterossexuais dominantes.

Arquivos guardam aquilo que adquiriu o estatuto de “documento”, definido por sucessivos atos de autoridade e apropriação por meio da seleção dos vestígios do passado que visam o *ajustamento* do passado aos regimes do presente. Trata-se de um exercício de autoridade pois, para além de armazenar, o arquivo “agrupa, organiza, e no sentido clássico isso se faz de modo patriarcal, *arkhé* como atitude de comando” (SOLIS, 2014,

---

<sup>1</sup> Ainda que a maior parte das fontes disponíveis façam referência aos homossexuais masculinos, aqui a categoria “homossexualidades” está sendo usada de forma genérica, de acordo com o termo mais presente nos documentos, por vezes englobando outras dissidências sexuais.

<sup>2</sup> Cf. Green (2000) e Revenin (2005).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

p. 378). Como ressaltou Jacques Derrida, o arquivo é produto do desejo de presentificar o esquecimento e de materializar a perda. O esquecimento leva ao desejo de memória, e neste sentido, o arquivo pressupõe a destruição de uma memória, funcionando como instituição que trabalha contra si mesma (DERRIDA, 2001).

É reconhecendo este paradoxo que o sociólogo transfeminista Sam Bourcier (2018) irá definir a violência arquivística como aquela que é exercida por essas instituições ao repetirem padrões normativos heterossexuais, baseados na masculinidade hegemônica<sup>3</sup> e na heterossexualidade compulsória – uma combinação que *reproduz* formas heteronormativas de arquivar e de patrimonializar. Em geral, ao reproduzirem e naturalizarem as categorias desviantes definidas por heterossexuais na prática de sua hegemonia e normatividade, museus, arquivos e bibliotecas produzem um tipo de violência expressa seja por uma epistemologia – pela produção de conhecimento baseado na normatividade –, seja por uma administração – pela gestão do patrimônio de acordo com os padrões patriarcais.

A transmissão unilateral e linear do patrimônio pelas instituições tradicionais ligadas ao Estado tende a se pautar na desapropriação de bens da esfera privada pela pública. Doados ou “coletados”, os bens adquiridos pelo Estado são desapropriados pela gestão pública do patrimônio, que na maioria dos casos privilegia uma hegemonia, deixando de dar ênfase às diferenças que compõem a identidade de um grupo. O trabalho de materialização do patrimônio se dá, logo, por meio da supressão das “histórias pessoais” que se tornam legíveis apenas dentro de “uma linha do tempo *patrocinada* pelo Estado” (FREEMAN, 2010, p. 4, grifos nossos). Como consequência, essa desapropriação, em termos da gestão pública do patrimônio, prevê a exclusão dos sujeitos indizíveis e provoca o esquecimento de uns em detrimento da exaltação do patrimônio de outros. Sendo assim, a existência dos arquivos implica na existência indizível do que se encontra “fora dos arquivos” – isto é, acervos, testemunhos e narrativas que configuram verdadeiros *exílios patrimoniais*, produzidos pela ação contínua dessas instituições.

Os regimes memoriais são criados com a ambição de dominar os imaginários sobre o passado, visando normalizar o presente ao estabelecerem aquilo que Elizabeth Freeman (2010) chamou de “crononormatividade” – isto é, a utilização do tempo para

---

<sup>3</sup> Cf. Connell (2005 [1995]).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

organizar os corpos humanos individuais em coletivos coerentes e produtivos. É nesta tentativa de estabelecer uma *crença* dominante no passado a partir do presente que reside, segundo adverte Paul Ricœur (2000, p. 70-71), “a possibilidade de deslizar do uso ao abuso” da memória. A crononormatividade, neste sentido, funciona como um modo de implantação; uma técnica por meio da qual “forças institucionais vêm a parecer fatos somáticos” (FREEMAN, 2010, p. 3). O desafio, então, é o de se inventar novas formas de se afetar pelo passado, o que se alcança por meio das tecnologias do patrimônio (DAVALLON, 1995): monumentos, museus, arquivos, lugares de memória, biografias... A memória, assim, pode ser percebida como um *trabalho* que visa promover a estabilidade moral dos indivíduos em sociedades, engendrando crenças e produzindo subjetividades por meio da invenção do tempo narrado.

Museus, arquivos e bibliotecas atuam sobre a transmissão, selecionando objetos depositários de valor afetivo pelas pessoas em sua vida íntima (privada), para transmiti-los como bens públicos que suscitam identidades coletivas. Trata-se de uma passagem delicada e intencional dos regimes de valor individuais para os regimes do patrimônio público. Os arquivos ativistas LGBTI+, ou contra-arquivos de memórias indizíveis, contestatórios da ordem disciplinar da transmissão linear dos bens públicos e privados, por sua vez, se impõem por uma ação patrimonial desobediente e horizontal, que permite a outros atores e grupos construir os seus próprios regimes memoriais.

Essa atividade de intrusão na cadeia patrimonial, significa, na prática, uma denúncia global dos acervos existentes (sobretudo os públicos) e da gestão seletiva que produz memórias indizíveis. Hoje testemunhamos um momento inédito de celebração dos arquivos minoritários, estes visando a transformação dos quadros de memória que determinam – de forma excludente e opressora – o sentido da patrimonialização. As experiências recentes de arquivos e museus LGBTI+ no Brasil demonstram que as políticas de preservação e de arquivamento não escapam atualmente às “infiltrações subversivas” (IDIER, 2018, p.11) que penetram a cadeia patrimonial por meio de negociações e disputas a partir dos interstícios e das margens que ousam se arquivar para poderem, enfim, se declarar *patrimônio*.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## Arquivos do dizível: as memórias homossexuais nas instituições do Estado e acervos públicos

Arquivar requer uma série de procedimentos autorizados que permitem certos sujeitos se tornarem sujeitos dizíveis da história e do patrimônio. Primeiramente, um documento de arquivo entra na cadeia patrimonial por meio das categorias classificatórias disponíveis para indexá-lo, que autorizam a sua transformação em *acervo*. Ao longo da história das nossas instituições de memória legitimadas no século XX, a existência material e simbólica de sujeitos dissidentes nos arquivos históricos se deu mediada por termos e categorias, diversos e específicos, geralmente exógenos a estes próprios sujeitos e a suas subculturas, utilizados pejorativamente como instrumentos de repressão da homossexualidade pelo Estado.

Desse modo, nos arquivos e fora deles, por um ato de reconhecimento da condição que lhes era lançada por meio das classificações, os homens que se relacionavam com homens, ou mulheres que se relacionavam com mulheres, bem como as pessoas que atuavam fora das categorias de gênero aceitas passavam a se definir com os mesmos termos depreciativos que os condenavam, por vezes subvertendo as classificações, mas, ao mesmo tempo, comprovando a sua eficácia simbólica.

As classificações das homossexualidades e transgeneridades expressas por um vocabulário específico para se referir a pessoas que escapam às representações conhecidas, normalizadas de sexo, gênero e desejo, contribuíram para incluir na história social a representação historiográfica do homossexual como um “sodomita”, um “invertido sexual” ou um “fora da lei” – sendo estas as expressões *dizíveis* da identidade homossexual masculina conhecida, por exemplo. Tais classificações produziram e reproduziram as imagens mentais assim como as manifestações sociais que servem para manipular essas mesmas imagens (BOURDIEU, 2007 [1989], p. 113). Em outras palavras, os homens e mulheres identificados como homossexuais passam a existir dentro das classificações que os(as) objetivam na medida em se reconhecem no interior das representações da homossexualidade inventadas pelas instituições que, por meio de atos simbólicos de divisão (BOURDIEU, 2007 [1989]), buscam controlar o sexo e a sexualidade – isto é, a igreja, a jurisprudência, a medicina, a polícia, e, de modo

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

igualmente simbólico tanto quanto violento, as instituições de memória, os arquivos e bibliotecas nacionais, os museus tradicionais.

Esses arquivos, para tornar certas memórias dizíveis, passaram a assumir como verdadeiras – ou ajustadas – as categorias criadas pelas instituições de repressão às dissidências, logo, inscrevendo esses sujeitos como sujeitos subalternos na história. Aquilo que um mapeamento crítico das instituições de arquivamento das homossexualidades e transgeneridades nos permitiria possivelmente evidenciar são os discursos performativos que produzem a exclusão, como no próprio discurso histórico de indivíduos e grupos ao produzirem memórias e patrimônios “dizíveis”, isto é, enunciados nas narrativas hegemônicas e normativas.

Na mesma medida em que os acervos reconhecidos como “patrimônio público” (“nacional”) enunciam certas representações, outras são mantidas às margens, segundo um princípio de subalternidade patrimonial que produz os patrimônios “indizíveis”. Como sugere Pollak, grupos silenciados são vítimas de uma mecânica social do silenciamento que leva à gestão do indizível, não como resultante de um trauma específico, mas das negociações cotidianas e dos jogos de poder que levam os atores a se silenciarem ou a encontrarem categorias específicas (negociadas) para dizer-se. O silêncio resulta, por vezes, da necessidade da coesão do grupo contra toda agressão potencial (POLLAK, 1986, p. 31). Identificar tais silêncios, segundo este autor, é fundamental para a compreensão da construção de narrativas coletivas a partir das narrativas individuais como aquelas produzidas por grupos LGBTI+ no presente, mobilizados em torno de uma *reconquista da memória e da história*.

Mas o trabalho da opressão arquivística é contínuo e invisível, como vêm denunciando os próprios grupos subalternizados – e justamente por sua força irrefreável, essas instituições patriarcais não podem ser ignoradas dos estudos de ativistas LGBTI+, estes de caráter tanto histórico quanto sociológico. Como lembra Farge, todo arquivo supõe o arquivista, “uma mão que coleciona e classifica” (2009, p. 11) de acordo com os valores e critérios da sociedade de que faz parte. Por meio de procedimentos autorizados de seleção e descarte, mobilizados por critérios proscritos e muitas vezes ambíguos, os arquivos são responsáveis pela supressão de documentos, sujeitos e temas que sequer chegam a ser objetos de uma pesquisa crítica.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O arquivo, assim, capta a sociedade, ou a captura em sua estrutura, traduzindo as exclusões e os silêncios nos fundos e dossiês que revelam conflitos ao mesmo tempo em que instaurando a ordem. A “rebelião” nos registros policiais, como demonstrou Farge, ou mesmo a revolta dos fatos corriqueiros são suprimidos por meio de uma “administração que se deseja cristalina e dócil” (2009, p. 30). Essa docilização da matéria arquivada, da qual não escapa nenhum corpo dissidente, alcança o seu ápice com o descarte de documentos pela máquina do Estado.

Como vem denunciando a ativista e historiadora Rita Colaço Rodrigues em diversos estudos e ensaios, o gerenciamento da massa documental produzida pelo Estado aliado à má administração dos recursos e ao questionável estabelecimento de prioridades, fez ressurgir, nos últimos anos, a eliminação de documentos como política de Estado<sup>4</sup> (RODRIGUES, 2018). A autora denuncia o contínuo descarte de fontes históricas em todas as instituições públicas do país, que obrigam os diferentes órgãos a “selecionar” com base em critérios geralmente heteronormativos e patriarcais, que apagam sistematicamente sobretudo a memória das ditas “classes perigosas” (pobres, negros, homossexuais, transexuais, travestis, mulheres, populações carcerárias etc.).

Tais processos de desarquivamento e descarte nas instituições públicas se dão à revelia das populações e indivíduos representados – por vezes nomeadamente – nos documentos eliminados. Reforçando a denúncia feita por Rodrigues (2018), do caráter hermético e verticalizado das instituições públicas, sem qualquer possibilidade de porosidade pela sociedade civil, vemos surgir no horizonte alternativas às práticas opressoras de arquivamento e eliminação de documentos com o aparecimento de contra-arquivos cujo objetivo é salvaguardar os acervos ameaçados de serem eliminados ou aqueles nunca antes preservados pelas instituições nacionais do patrimônio público.

## **Os arquivos do indizível e a construção de um contra-patrimônio LGBTI+**

---

<sup>4</sup> A autora faz referência à lei n. 7.627, de 10 de novembro de 1987, que normatiza a destruição de documentos públicos pelo Judiciário do Trabalho. A problemática da eliminação de documentos nos órgãos públicos foi trazida à tona mais recentemente com as normativas do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos (Degea) do Estado do Rio de Janeiro, aprovada em 25 de maio de 2017, cujos objetivos estratégicos são: “melhorar o índice de desarquivamento” e “manter a atividade de descarte de documentos”. Cf. Rodrigues, 2018, p. 95.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A reconquista da memória LGBTI+ pelos diferentes grupos em seus agenciamentos comunitários remonta, pelo menos, à primeira onda do movimento pela liberação de lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis e outras minorias, nos anos 1960 e 1970 (CHANTRAINE & BRULON SOARES, 2020). Tratava-se de um momento de luta pelo direito a um lugar na história pública e nas instituições hegemônicas. Tal vontade de memória, no seio dos grupos, se intensifica de sobremaneira nos anos 1980 e 1990, com a epidemia global do HIV e da AIDS. Como consequência da morte de milhares de homens gays, travestis e transsexuais e a denúncia de uma negligência sistêmica dos governos, um sentido de perda se abateu sobre a comunidade LGBTI+, que levou a uma primeira onda de conscientização pela memória de um grupo ameaçado. O descarte de objetos pertencentes às vítimas do HIV por suas famílias, a destruição de suas memórias como forma de se livrar do estigma causado pelo vírus foram sintomas de um apagamento social que levou a um desejo de registro por parte dos sobreviventes.

As duas primeiras iniciativas conhecidas de arquivos e museus LGBTI+ no mundo datam do ano de 1985, com a *GLBT Historical Society*, em São Francisco, nos Estados Unidos, e o *Schwules Museum*, em Berlim, na Alemanha. Esses arquivos comunitários ficariam conhecidos como experiências modelo, que viriam a inspirar diversos outros projetos ao redor do mundo. No Brasil, onde o movimento se organiza ao longo dos anos 1970, em meio à ditadura civil-militar que tinha como uma de suas frentes a censura de documentos ligados às homossexualidades e a condenação de seus autores, a aparição dos primeiros arquivos e museus se dá muito mais recentemente, apenas no início do século atual. Entre as primeiras iniciativas que mantêm práticas consistentes até o presente, destaco o trabalho do Acervo Bajubá, formado inicialmente em Curitiba a partir da ação de alguns militantes em 2010; e o Museu da Diversidade Sexual (MDS), fundado em São Paulo, em 2012, por iniciativa de ativistas históricos do movimento. Diversos outros acervos e coleções da memória LGBTI+ no Brasil se mantêm guardados por Grupos organizados, espalhados nos diferentes estados do país, que começam a ser ativados na medida em que redes são constituídas com a finalidade de colocar em prática a preservação comunitária desses acervos.

Contudo, um mapeamento extensivo dos arquivos existentes no âmbito privado e das organizações comunitárias ainda encontra por se fazer. Como as trocas recentes vêm

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

demonstrando, na ausência de políticas públicas na área da cultura que assegurem o direito à memória dos grupos representados na sigla LGBTI+, a colaboração entre as organizações existentes pode servir para nos prover da força necessária para resistir e fazer lembrar. A conscientização arquivística e museal tem despertado o trabalho de diversos Grupos históricos no Brasil a criarem os seus próprios acervos e centros de documentação e memória, voltados para a preservação de documentos desvalorizados nas instituições do patrimônio heterossexual, em sua maioria provenientes da esfera privada.

Este é o caso de iniciativas mais recentes como a do Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott, organizado pelo Grupo Dignidade de Curitiba<sup>5</sup>, e do Museu em Movimento LGBTI+ e Centro de Memória e Formação do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+<sup>6</sup> no Rio de Janeiro. Uma das primeiras iniciativas que recebeu destaque ao chamar a atenção de pesquisadores e estudantes do movimento, foi a disponibilização em plataforma online de todas as edições do jornal *O Lampião da Esquina*, pelo Grupo Dignidade, mesmo antes de constituir um centro de documentação. O jornal, primeira publicação homossexual a circular no Brasil em escala nacional entre 1978 e 1981, não se encontra até o presente disponível para o acesso em nenhum acervo público existente, e constitui material primordial para pesquisas sobre a história do movimento homossexual no país.

Outro aspecto relevante dos acervos comunitários é a seleção da memória com base em critérios que respondem diretamente aos apagamentos sistêmicos. Por exemplo, na tentativa de se preservar e comunicar documentos relativos à memória lésbica e travesti, ou às interseccionalidades; um traço marcante observado nas escolhas recentes do Acervo Bajubá, ao priorizarem a seleção de documentos ligados à memória negra, como os Boletins do Quimbanda-Dudu (2000-2003), grupo que surgiu em 1995, em Salvador, tendo como foco a luta contra o racismo e o machismo presentes no interior dos grupos homossexuais.

---

<sup>5</sup> Grupo fundado em 1992, e a primeira organização LGBTI+ no Brasil a receber o título de Utilidade Pública Federal, por decreto presidencial em 05 de maio de 1997.

<sup>6</sup> Grupo fundado em 1995. O Museu em Movimento LGBTI+, criado em 2019, é o resultado de um projeto de extensão em parceria com o Laboratório de Museologia Experimental da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) que, junto ao Grupo Arco-Íris, vêm atuando na musealização de documentos ligados à memória LGBTI+ no Rio de Janeiro.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ainda que as iniciativas aqui mencionadas mereçam análises mais detidas, é possível afirmar que a luta enfrentada atualmente por esses arquivos comunitários é pelo direito de autodefinição e de determinação dos critérios que levam à seleção de um patrimônio a ser preservado – ou *contra-patrimônio*, por sua natureza contestatória. Este patrimônio, relegado pelo poder público a ser alienado e destruído, serve de substrato essencial para a revisão historiográfica a que se propõem os idealizadores deste simpósio temático.

Sua existência e resistência no cenário atual, em que a comunidade científica brasileira busca a reafirmação da credibilidade das instituições estatais e centros de pesquisa, serve a uma reflexão crítica sobre o sentido da verdade e a necessidade de que os diferentes acervos – comunitários e públicos, de ativistas e da Nação – existam como contrapontos necessários uns aos outros e prezando, acima de tudo, o direito constitucional à memória e ao patrimônio. Esse direito, por vezes negado a alguns setores e grupos sociais, tem papel basilar, como aqui defendido, para que esses mesmos grupos gozem do direito fundamental à diferença expresso na escrita alternativa da história.

As coleções e arquivos LGBTI+, existentes ou em projeto, “interrogam vigorosamente o ato de arquivar” (IDIER, 2018, p. 10). Tal operação, dotada de imenso poder simbólico e longe de ser neutra, reelabora “uma fronteira entre aquilo que se julga digno de ser conservado e aquilo que não é.” Desse modo, os arquivos, museus e acervos LGBTI+ reconfiguram no presente os regimes patrimoniais em sua função normativa essencial, refundando a reflexão patrimonial a partir do ponto de vista dos contra-patrimônios.

## **Métodos sem manual: notas para reverter o sentido da transmissão**

A observação das dinâmicas e ativismos próprios ao trabalho em arquivos e museus comunitários LGBTI+ nos aponta alguns dos traços dessas iniciativas que permitem romper com o sentido da transmissão linear e com a crononormatividade. Primeiro, é relevante observar que estes acervos se constituem na passagem sensível de bens da esfera privada, individual e pessoal (por vezes secreta) à esfera comunitária, do patrimônio partilhado e acessível, tendo, portanto, como finalidade um “sair do armário”

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

coletivo e intencional. Tudo se passa, na maioria dos casos, como uma experiência de desvelo de uns em benefício da *comunidade*, isto é, da percepção no seio dos grupos de que um sentido de continuidade com o tempo é possível (e permitido).

A ausência de referências e do sentido de continuidade com o passado, fortemente mantidos pelas instituições “oficiais”, leva esses grupos a buscarem uma ruptura com as formas tradicionais de transmissão que mantêm suas identidades no lugar da permanente exclusão. Em contraposição a esses arquivos que repetem o passado e oprimem por meio da patrimonialização dos mortos, Sam Bourcier propõe a noção de arquivos vivos ou viventes (2018), que são feitos pelos vivos, para os vivos de forma colaborativa e visando uma transmissão ativa que tem sentido para a transformação social futura. Nesses arquivos, em vez de estarmos nos perguntando o que nos diz o passado, devemos perguntar o que a sociedade quer dizer a partir desse passado, visando as representações que queremos no futuro.

Para este trabalho não há métodos pré-definidos e nem manuais de museologia, mas apenas o sentimento de que aquilo que estava guardado no armário e prestes a ser descartado pode adquirir o valor de patrimônio para um grupo específico. A história LGBTI+ que existe hoje é o resultado do trabalho de militância – feito de forma artesanal, hesitante e por vezes contestada (IDIER, 2018, p. 7) – por agentes que tomaram para si o desafio de restaurar as narrativas que os excluía como atores históricos. Os desafios enfrentados para essa reescrita da história a partir da reinscrição do patrimônio nas instituições são inúmeros e muitos ainda impossíveis de se antever. Mas algumas diferenças e idiossincrasias já podem ser apontadas.

Enquanto os autos dos arquivos tradicionais apresentam todos o mesmo formato e são dispostos para o pesquisador de acordo com tipologias bem definidas e categorizadas, os arquivos comunitários priorizam a diversidade, e podem ser de mais difícil acesso, mas, justamente por isto, as suas descobertas podem revelar verdadeiros achados. Se, por um lado, os arquivos do dizível pressupõem um trabalho solitário de pesquisa, ao qual bastam as fontes bibliográficas e os tesouros conhecidos para se ter acesso ao mundo particular inscrito no documento, nos arquivos do indizível, das memórias LGBTI+ pouco conhecidas, o documento nunca fala sozinho ao pesquisador, e a pesquisa documental requer um diálogo imersivo na comunidade de onde o acervo

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

provêm. Tal imersão pode envolver entrevistas com doadores e testemunhas da história que não está dita no papel, bem como a análise de narrativas de pequenos grupos no interior do grupo mais amplo, priorizando a oralidade daqueles cujas memórias e histórias não produzem fontes lavradas em cartório.

Por meio de metodologias experimentais e variantes (incluindo a história oral, as releituras de documentos conhecidos e a coleta de documentos inesperados) os laços estabelecidos são, então, horizontais, e os acervos servem de matéria para o fortalecimento dos processos internos de identificação e empatia. Essa transmissão de uma “história horizontal”, no sentido defendido por Michael Petry (2010), não se dá pela via familiar, mas por meio de uma rede construída por amantes, parceiros sexuais, namorados, amigos, amores e ex-amores... Isto é, tal memória e tal patrimônio, para serem mantidos no seio da comunidade dependem de uma inflexão da ação patrimonial, que deixa de ter o caráter retilíneo de uma herança patriarcal, para adquirir o sentido de uma transmissão comunitária, não vertical. Neste sentido, é justamente pelo fato de as heranças serem transmitidas por vias alternativas à família, que ela se mostra mais frágil e instável, dependendo de outros métodos de conservação – afetivos, políticos, contestatórios dos métodos estabelecidos.

Assumindo, então, o autoarquivamento como possibilidade de construção de sujeitos históricos e a memória como direito humano, os coletivos LGBTI+ que fazem os seus arquivos e museus no presente ressignificam o *armário*, não mais pensado como um compartimento recluso e fechado, mas como um espaço epistemológico (SEDGWICK, 1990) a ser explorado, uma zona de abertura potencial. Nossos arquivos, abertos, em primeiro lugar, para nós mesmos, provocam um tipo de revelação inesperada e, até certo ponto, desconhecida, por explorar a potência de nossos segredos para transformar a nossa relação com a história. Tal espaço aberto por esses arquivos que provocam o espaço público a se abrir para outras identidades configura uma extensão do armário que já não mais nos define ou limita a nossa ação, mas que ainda se mantêm como um ponto-cego da história como vem sendo escrita.

**Considerações: um pouco para além do arquivo**

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Retomo um relato da ativista e escritora Sarah Schulman, que testemunhou a epidemia da AIDS nos Estados Unidos dos anos 1980, para concluir, sem finalizar, esta breve reflexão sobre as formas atuais de arquivar as dissidências:

Na semana passada, eu vi uma bicha novinha caminhando pela rua. Cabelo escovado, maquiagem de olho, calça *stretch* bem apertada, echarpe. Talvez tivesse dezenove anos. Esse era o tipo de homem mais ameaçado na minha geração, o tipo mais provável para morrer. Por anos, sempre que via um viado bem efeminado, eu temia por sua segurança. A aparência de ousadia e coragem que exibiam nas ruas revelava que eram ousados nos seus desejos. Em certo ponto era como se houvessem desaparecido, tendo sido eliminados. Mas, então, os novos foram criados. Será que eles sabem de sua própria história? Se perguntam por que existem tão poucas versões deles mesmos com sessenta anos de idade andando pelas calçadas? O que eles querem ser quando crescerem?<sup>7</sup> (SCHULMAN, 2013, p. 63).

A maioria das pessoas heterossexuais que fazem parte da burguesia estabelecida já sabe como será escrita a trajetória da sua vida mesmo antes de ela começar. Para a comunidade LGBTI+, sobretudo antes de sua assimilação relativa, este nunca foi o caso, como nos lembra Schulman na passagem acima. Se há toda uma engrenagem poderosa e eficaz para fazer com que algumas pessoas acreditem que a sua vida merece um sentido de continuidade, por que o mesmo direito de existir no tempo não é conferido a todos os grupos e sujeitos?

O presente texto se propôs a inscrever nas disputas da historiografia contemporânea o papel dos arquivos do indizível e acervos LGBTI+ para a revisão dos quadros memoriais dominantes que informam (e formam) a história pública no Brasil. Contrariando a ênfase dada por Derrida à pulsão de morte no arquivo, busquei, neste ensaio, relacionar o arquivo com a vida, considerando os seus impactos sobre aqueles que fazem os arquivos e sobre os que não têm assegurado o seu direito de arquivo. A partir desta breve reflexão, é possível admitir que aquilo que transmitimos como cultura e como memória tem valor transformativo para o futuro das nossas sociedades, pois permite a

---

<sup>7</sup> No original, em inglês: “Last week I saw a young queen walking by. Coiffed hair, eye makeup, tight stretch pants, scarves. Maybe nineteen. This was the most endangered type of man in my generation, the kind most likely to die. For years whenever I saw a really nelly queen, I felt frightened for his safety. Being so tough and brave about how they looked on the street showed they were bold about their desires. At one point they seemed to have disappeared, to have been wiped out. But then new ones were created. Do they know their own history? Do they wonder why there are so few sixty-year-old versions of themselves passing by on the sidewalk? What do they want to be when they grow up?” (Tradução nossa).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

reescrita de novas trajetórias de vida para além das nossas próprias no presente. Em outras palavras, viver como somos e deixar rastros nos permite transmitir as mudanças que queremos no mundo. Nessa perspectiva, o ato de viver e de registrar a vida é um ato de ativismo que tem como finalidade a sobrevivência de grupos ameaçados pelos regimes da vida como hoje estão definidos.

Um dos motivos pelo qual os arquivos LGBTI+ ainda se mantêm marginais em relação às instituições disciplinares do Estado brasileiro é o seu potencial ativista de questionar a estrutura patriarcal que materializa o patrimônio hegemônico e materializa a vida dos sujeitos nele representados. “Patrimônio”, em sua raiz latina, se refere à lógica patriarcal de transmissão de bens e direitos de pais para filhos, no sentido linear da *reprodução* familiar rompido pelos arquivos comunitários. Romper com a cadeia de transmissão envolve colocar em questão todas as relações e hierarquias que formam o patrimônio instituído e conformam as narrativas nacionais.

Como diversos autores já demonstraram, a população LGBTI+ é uma das únicas minorias cuja cultura não se transmite pela via das relações familiares, o que explica em parte a natureza provisória da nossa subcultura. O que está em disputa, logo, na preservação de acervos indizíveis, inclassificáveis e deixados à margem da linha de transmissão *patri*-monial, é a própria estrutura social que permite a continuidade da qual indivíduos não-heterossexuais e não-cisgêneros permanecem excluídos.

Assim, a pouca visibilidade dos documentos que contam as histórias LGBTI+ no tempo atual produz, em parte, uma comunidade sem memória, de modo que muitos jovens gays e lésbicas hoje em dia não percebem os próprios processos de marginalização em que estão inseridos, em suas vidas individuais, em suas produções culturais ou intelectuais, nas limitações que são impostas ao seu ser. Muitos são aquele/as que se veem descolados da história do movimento que os libertou, o que se dá em função da ausência de uma conexão mais íntima com sua própria história.

Neste sentido, o trabalho de arquivo é um trabalho de engajamento e de libertação. Sua potência e resiliência está nos processos que forjam relações horizontais e laços inclassificáveis visando a continuidade de existências indizíveis. Burlando os silêncios e apagamentos tradicionais, os arquivos comunitários das memórias LGBTI+ trazem à tona as camadas submersas da resistência não contada, das perdas de que somos forçados a

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

esquecer, da luta ininterrupta pela vida constantemente ameaçada e cuja fragilidade ousamos registrar<sup>8</sup> para reverter o processo de eliminação em curso.

Atualmente vivemos o descaso seletivo de nossas autoridades em relação a populações inteiras cuja precariedade e morbidade se tornam mais agravadas enquanto esses grupos lutam, de forma desigual, para sobreviver em meio a pandemia de COVID-19. Olhamos para o presente sem que um trabalho de memória nos permita lembrar da luta que possibilitou a conscientização sobre a epidemia do HIV e da AIDS nos anos 1980 e 1990, quando similar descaso provocou a morte de milhares, no interior de uma comunidade invisível. Arquivar as perdas, reconhecer a urgência do trabalho de memória, é uma forma de romper com os apagamentos da história e de *fazer lembrar para fazer viver* os grupos e indivíduos cujos nomes não se escrevem nos documentos e que, justamente por esta razão, dependem do trabalho delicado e árduo de dizer o indizível.

## Referências:

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar-se: a propósito de certas práticas de autoarquivamento. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle & HEYMANN, Luciana (org.). Arquivos pessoais. Reflexões multidisciplinares e experiência de pesquisa. Rio de Janeiro: FGV, 2013. pp. 45-54.

BOURCIER, Sam. Archives = vie. Le pouls de l'archive, c'est en nous qu'il bat. *Friction magazine*. Maio de 2018. Disponível em: <[https://friction-magazine.fr/archives-vie-le-pouls-de-larchive-cest-en-nous-quil-bat/?fbclid=IwAR11NUdR7S\\_BydGOWm38Ef\\_A64\\_LGbpOjzbDv-R-pxbVGVgj4HfV4G1aPHvQ](https://friction-magazine.fr/archives-vie-le-pouls-de-larchive-cest-en-nous-quil-bat/?fbclid=IwAR11NUdR7S_BydGOWm38Ef_A64_LGbpOjzbDv-R-pxbVGVgj4HfV4G1aPHvQ)>. Acesso em: 20 de dezembro de 2018.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. p.106-132. In: \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007 [1989].

CHANTRAINE, Renaud & BRULON SOARES, Bruno. Introduction and Editorial. *Museum International*, LGBTQI+ Museums, v. 72, n. 3-4, 2020, pp. 1-13.

CONNELL, Raewyn W. *Masculinities*. Cambridge: Polity Press, 2005 [1995].

DAVALLON, Jean. Introduction. In : *Musées et Recherche, actes du colloque du MNATP* (Paris 29 nov.-1er déc. 1993), Paris, Ministère de la Culture et de la Francophonie, Ministère de l'Enseignement supérieur et de la Recherche, OCIM, 1995, pp. 245-256.

DEBARY, Octave. *La fin du Creusot ou L'art d'accommoder les restes*. Paris: CTHS, 2002.

---

<sup>8</sup> Como no caso exemplar do Grupo Gay da Bahia, a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil, criado em 1980, que registra desde 2011 os assassinatos de homossexuais no Brasil.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume, 2001.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

FREEMAN, Elizabeth. *Time binds. Queer temporalities, queer histories*. Durham and London: Duke University Press, 2010.

GREEN, James N. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP, 2000.

GREEN, James N. & POLITO, Ronald. *Frescos trópicos. Fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

IDIER, Antoine. Absences, silences et politique de l'histoire. In : IDIER, Antoine. *Archives des mouvements LGBT+ : Une histoire de luttes de 1890 à nos jours*. Paris : Textuel, 2018. pp. 6-14.

PETRY, Michael. Hidden histories: the experience of curating a male same-sex exhibition and the problems encountered. In: LEVIN, Amy K. (ed.). *Gender, Sexuality and Museums: A Routledge Reader*. London: Routledge, 2010. pp.151-162.

POLLAK, Michael. La gestion de l'indicible. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 62-63, juin 1986. L'illusion biographique. pp. 30-53.

REVENIN, Régis. *Homosexualité et prostitution masculines à Paris. 1870-1918*. Paris : L'Harmattan, 2005.

RICEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris : Seuil, 2000.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. A destruição de documentos como objetivo estratégico e indicador de desempenho. O caso do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, pp. 94-108, jan./abr. 2018.

SCHULMAN, Sarah. *The gentrification of the mind: witness to a lost imagination*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2013.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Epistemology of the closet*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1990.

SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. Tela desconstrucionista: arquivo e mal de arquivo a partir de Jacques Derrida. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba, v. 26, pp. 373-389, 2014.